

REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS EM *ESAÚ E JACÓ*, DE MACHADO DE ASSISAretuza Maria de Freitas Gadelha Castro¹Denise Noronha Lima²

Resumo: O exame da relação entre literatura e política mostra como essas duas áreas estão intimamente ligadas e se influenciam mutuamente. Este trabalho aborda um exemplo dessa relação, tomando como base a obra *Esau e Jacob* (1904), de Machado de Assis, com foco nos regimes de monarquia e república. Com base no pensamento de Sartre sobre literatura engajada, examina-se a forma como o romance machadiano estimula a reflexão crítica sobre as questões políticas não apenas de seu tempo, mas sob um aspecto universal. Pretende-se demonstrar que a literatura é uma das principais formas de reflexão sobre a política e suas consequências (com base em pesquisa e análise de textos teóricos de Alfredo Bosi, Antonio Candido e historiadores como José Murilo de Carvalho e Sérgio Buarque de Holanda), pois ela revela as condições históricas, sociais e culturais de uma determinada época. Confirma-se a importância da obra machadiana, tanto por sua correlação com os eventos históricos do Brasil, quanto pela abordagem profunda da alma humana.

Palavras-chave: Literatura e história. Machado de Assis. *Esau e Jacob*. Política.

POLITICAL REPRESENTATIONS IN *ESAÚ E JACÓ*, BY MACHADO DE ASSIS

Abstract: Examining the relationship between literature and politics shows how these two areas are closely linked and influence each other. This work addresses an example of this relationship, based on the work *Esau e Jacob* (1904), by Machado de Assis, focusing on regimes of monarchy and republic. Based on Sartre's thinking about engaged literature, it examines how Machado's novel stimulates critical reflection on political issues not only of its time, but from a universal perspective. It is intended to demonstrate that literature is one of the main forms of reflection on politics and its consequences (based on research and analysis of theoretical texts by Alfredo Bosi, Antonio Candido and historians, José Murilho de Carvalho and Sérgio Buarque de Holanda), as it reveals the historical, social and cultural conditions of a given time. The importance of Machado's work is confirmed, both for its correlation with historical events in Brazil and for its profound approach to the human soul.

Keywords: Literature and history. Machado de Assis. *Esau e Jacob*. Policy.

¹ Graduada em Letras (FAFIDAM/UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8002150513287338>. Orcid: 0009-0008-2526-1369. Email para contato: profaaretuzacastro@gmail.com.

² Professora do curso de Letras (FAFIDAM/UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4156369878217559>. Orcid: 0009-0007-7896-5282. Email para contato: denise.noronha@uece.br.

1 Introdução

A interação entre literatura e política³ é um tema de muita relevância e complexidade no âmbito das ciências humanas. A literatura, sendo arte, também tem sido empregada como um meio de expressão e crítica social, desvelando as condições históricas e culturais de determinada época. Nesse sentido, pode-se afirmar que ela é uma das principais formas de reflexão acerca da política e suas consequências.

Essa afirmação envolve questões acerca do papel do artista na sociedade e da relação entre arte e poder. Nesse sentido, é importante conhecer o contexto político e social no qual a arte é produzida e como as obras artísticas podem ser influenciadas e instrumentalizadas por agendas políticas e interesses de poder. Assim, a arte não pode ser dissociada do seu contexto histórico e social, e os artistas devem estar cientes das implicações políticas do seu trabalho, o que suscita o debate sobre o engajamento dos artistas e o papel de suas obras em questionar, desafiar e influenciar o *status quo*.

É preciso ressaltar que estamos utilizando o termo “engajamento” segundo a concepção de Jean-Paul Sartre (1999), para quem o escritor engajado não deve ser confundido com o militante político, pois aquele conceito está além da simples prática partidária, e tem a ver com a ideia de compromisso ético. O prosador, segundo Sartre, lida com significados, diferentemente do poeta e do artista plástico, daí a sua responsabilidade em intervir diante de situações que considera injustas.

O escritor “engajado” sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar. Ele abandonou o sonho impossível de fazer uma pintura imparcial da Sociedade e da condição humana. O homem é o ser em face de quem nenhum outro ser pode manter a imparcialidade, nem mesmo Deus. Pois Deus, se existisse, estaria [...] em *situação em* relação ao homem. [...] o escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade (Sartre, 1999, p. 20).

Dessa perspectiva, a arte literária é entendida como um elemento de comunicação entre escritores e leitores, os quais, através da troca de experiências promovida pela obra, tomam

³ Para este estudo, preferimos adotar o termo política de acordo com Marilena Chauí (2002), que lhe atribui três significados principais: “1. o significado de governo, entendido como direção e administração do poder público, sob a forma do Estado. [...] 2. o significado de atividade realizada por especialistas – os administradores – e profissionais – os políticos –, pertencentes a um certo tipo de organização política – os partidos –, que disputam o direito de governar, ocupando cargos e postos no Estado. [...] 3. o significado, derivado do segundo sentido, de conduta duvidosa, não muito confiável, um tanto secreta, cheia de interesses particulares dissimulados e frequentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meios ilícitos ou ilegítimos” (Chauí, 2002, p. 368). Em *Esau e Jacó*, encontram-se as três acepções.



consciência do mundo e da responsabilidade em mudá-lo. Ressaltemos que a proposta de Sartre (1999) não invalida a natureza estética da literatura. Pelo contrário, a obra literária será tanto mais eficaz nesse sentido quanto mais valiosa for em sua construção artística.

Essas considerações vêm a propósito da obra de Machado de Assis (1839-1908), especialmente o romance *Esau e Jacó* (1904), objeto deste estudo. Conforme Jean-Michel Massa (2009), tem-se criado alguns mitos em torno do escritor carioca, dentre eles o da ausência de seu engajamento nas questões políticas e sociais do seu país. Em exaustiva pesquisa sobre a vida de Machado, Massa (2009) revela fatos e documentos que contestam a crença na abstenção do autor, como os seus artigos para os jornais com que colaborou ainda na juventude. Apesar disso, o pesquisador rejeita a criação de um outro mito, o do comprometimento ininterrupto, afirmando que, “segundo as épocas, Machado de Assis esteve, ou totalmente engajado, ou menos engajado, ou ausente dos conflitos e dos combates que, segundo o momento, se apresentavam como políticos ou ideológicos” (Massa, 2009, p. 198). O biógrafo se refere, principalmente, às posições do escritor como cidadão e jornalista. Quanto à obra ficcional, que naturalmente não deve ser considerada como um reflexo da vida de nenhum autor, o romancista optou pela ênfase no estudo do comportamento humano, sem deixar de relacionar esse comportamento com questões sociais ou políticas.

Machado de Assis cultivou a poesia, a prosa ficcional, a crítica e o teatro. Foram, no entanto, seus contos e romances as formas narrativas que o consagraram como um dos maiores escritores brasileiros. Contemporâneo dos naturalistas que, na segunda metade do século XIX, defendiam o cientificismo na literatura e a criação de situações narrativas que comprovassem a submissão do homem às mesmas leis naturais que regem a vida dos outros animais, o escritor trilhou um caminho diferente. Profundo conhecedor da alma humana, Machado criou uma obra que não admite etiquetas de escolas, embora cronologicamente se encontre entre os realistas.

Nesse sentido, veremos como ele aborda, em *Esau e Jacó* (1904), as representações políticas atuantes no período histórico da narrativa, correlacionando-as aos personagens e entrelaçando-as à tessitura do romance apresentado. O enredo da presente narrativa associa-se propositadamente a eventos históricos do Brasil, configurando-se numa obra de grande importância para a compreensão da nossa própria história.

2 O contexto histórico do século XIX no Brasil

A conexão entre literatura e política nos permite discutir a definição das formas de governo retratadas por Machado de Assis na obra *Esau e Jacó* (1904). A perspectiva acima comentada assume um caráter fundamental para a compreensão da monarquia e da república no contexto brasileiro do período em que a trama é ambientada.

O primeiro regime, o monárquico, foi uma forma de governo que vigorou no país por mais de sete décadas, entre 1822 e 1889. Durante esse período, o Brasil foi governado por uma sucessão de imperadores que detinham poderes quase absolutos sobre a nação. Como se sabe, a monarquia no Brasil começou com a declaração de independência do país em relação a Portugal, em 7 de setembro de 1822. Na época, o príncipe D. Pedro, filho do rei português D. João VI, proclamou a independência do Brasil e se tornou o primeiro imperador do país, com o título de D. Pedro I.

O regime monárquico no Brasil foi caracterizado pelo centralismo político e um sistema de poder bastante autoritário. O imperador era o chefe de Estado e de governo, e tinha poderes quase ilimitados, podendo nomear e demitir ministros, convocar e dissolver o Congresso Nacional, e até mesmo modificar a Constituição, se assim o desejasse. De acordo com o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (2007), a monarquia brasileira foi uma experiência singular na história das monarquias constitucionais. Essa também é a visão de Sérgio Buarque de Holanda (1985), para quem esse regime brasileiro foi uma experiência única, pois combinou elementos da monarquia absoluta e da monarquia constitucional.

Durante o período monárquico, a economia do Brasil foi marcada pela expansão da produção agrícola, com destaque para o café, que se tornou o principal produto de exportação do país. A monarquia também incentivou a imigração europeia para o Brasil, visando a suprir a mão de obra necessária para a expansão da economia agrícola.

Ao longo dos anos, a monarquia no Brasil passou por diversas crises políticas e sociais. Uma das principais foi a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, uma das maiores guerras da história da América do Sul. O conflito envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai, e resultou na morte de centenas de milhares de pessoas. Outra crise importante foi a Abolição da Escravatura, que ocorreu em 1888 e foi uma das maiores conquistas sociais do país. A monarquia, no entanto, foi incapaz de lidar com as demandas dos movimentos abolicionistas, o que acabou contribuindo para a sua queda.

Em resumo, o regime monárquico no Brasil foi um período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais. No entanto, as crises que ocorreram ao longo dos anos acabaram contribuindo para o seu declínio e para a instauração do regime republicano no país. O historiador José Murilo de Carvalho afirma que “Os movimentos sociais no Brasil durante a monarquia foram influenciados por ideias liberais e republicanas, que questionavam a legitimidade do regime monárquico e defendiam a soberania popular e a democracia” (Carvalho, 2007, p. 95). Apesar de ter sido marcado por um forte centralismo político e por um sistema de poder autoritário, a monarquia também foi responsável por grandes avanços na economia e na sociedade brasileiras.

O movimento republicano no Brasil começou a ganhar força no final do século XIX, principalmente entre a elite intelectual e militar. Os republicanos defendiam a ideia de que a monarquia era um sistema ultrapassado e que o país precisava de um governo mais moderno e eficiente. A República teve início em 15 de novembro de 1889, quando o Marechal Deodoro da Fonseca a proclamou e depôs o então imperador D. Pedro II. Esse foi um momento histórico crucial para o Brasil, que vinha passando por diversas transformações. De acordo com Carvalho (1987), a transição para esse regime não foi fácil, pois o Brasil era uma sociedade profundamente hierárquica e escravocrata, e a passagem para um sistema republicano exigiu mudanças culturais e políticas significativas.

Durante os primeiros anos da República, o país passou por diversas crises, como a Revolta da Armada, em 1893, e a Revolta da Vacina, em 1904. O governo enfrentou também dificuldades para implementar mudanças importantes, como a reforma agrária e a reforma educacional. No entanto, a República trouxe avanços significativos para o país. Um dos principais marcos desse período foi a promulgação da primeira Constituição republicana, em 1891, que estabeleceu a separação entre Estado e Igreja, e a garantia de direitos como a liberdade de expressão e de associação. Além disso, a República contribuiu para o surgimento de movimentos sociais importantes, como o movimento operário e o feminista.

3 *Esau e Jacó* entre monarquia e república

Esse quadro político vigente no Brasil à época, serve como pano de fundo para a construção da narrativa machadiana em estudo e permite compreendermos os eventos narrados, bem como



situá-los no tempo e no espaço, tendo em vista que abordam a política no período que antecedeu a Proclamação da República.

Penúltima obra de Machado de Assis, o romance *Esaú e Jacó* foi publicado quatro anos antes da morte do autor, ocorrida em 1908. A história se concentra na rivalidade entre os gêmeos Pedro e Paulo, filhos de Natividade e Santos, representantes da burguesia carioca do final do século XIX. O temperamento, os valores e os interesses dos irmãos se opõem radicalmente desde a infância. Na realidade, desde o ventre, de acordo com a narrativa, o que justifica o título do livro⁴.

A criteriosa eleição dos nomes atribuídos às personagens Pedro e Paulo denota a sagacidade com que Machado empreende sua composição literária a partir do episódio bíblico. Os nomes se fundem às peculiaridades minuciosamente forjadas pelo escritor no presente da narração, por isso cabe elucidar como Pedro e Paulo são descritos nos âmbitos bíblico e histórico.

Pedro, cujo nome original era Simão (Gardner, 2005), é uma figura proeminente no Novo Testamento da Bíblia e um dos discípulos mais próximos de Jesus Cristo. Foi um dos doze apóstolos escolhidos pelo mestre para espalhar sua mensagem e estabelecer a Igreja Cristã. O nome Pedro é de origem grega e foi traduzido do aramaico “Cefas”, que significa “pedra” ou “rocha”. Esse nome é altamente simbólico, significando o alicerce da nova crença, como consta no evangelho de Mateus 16:18, em que Jesus diz: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela.” (Bíblia, 1945, p. 1421).

Embora demonstrasse profunda fé em Jesus, Pedro também enfrentou desafios e momentos de fraqueza. Ele negou Jesus três vezes antes da crucificação, mas depois se arrependeu amargamente de suas ações. Após a morte e a ressurreição de Jesus, o discípulo emergiu como um líder central entre os apóstolos. A tradição católica sustenta que Pedro foi o primeiro bispo de Roma, tendo sido martirizado durante o reinado do imperador Nero.

⁴ A narrativa bíblica de Esaú e Jacó (Bíblia, 1945) é rica em simbolismo e tem sido objeto de interpretação e reflexão ao longo dos séculos. Os irmãos apresentam diferentes traços de personalidade, sendo Esaú descrito como um caçador rústico e impulsivo, enquanto Jacó é retratado como mais astuto e contemplativo. O conflito central entre eles surge quando Jacó engana Esaú para obter a primogenitura, o direito de receber a bênção de seu pai Isaac, que teria um impacto significativo em suas vidas. A história de Esaú e Jacó também aborda questões de destino e predestinação, já que Deus havia dito a Rebeca que os dois filhos lutariam entre si e que o mais velho serviria ao mais novo. Essa profecia se cumpre quando Jacó, mais tarde, recebe a bênção paterna e se torna o patriarca da nação de Israel, enquanto Esaú é relegado a um papel secundário. No entanto, apesar dos conflitos e das ações enganosas, a história de Esaú e Jacó também retrata a redenção e reconciliação entre os irmãos no final.





A figura de Pedro no romance tem alguns traços do Pedro da Bíblia. Ele se revela uma figura complexa, imersa nas intrincadas teias da trama urdida pelo escritor, e emerge como uma personagem de múltiplas facetas, ora reverberando o seu espírito impulsivo, ora revelando a sutileza de suas reflexões. Ele é associado a uma postura política conservadora, defendendo ideais tradicionais e resistindo às mudanças defendidas pelo irmão Paulo, que possui uma visão mais progressista. Pedro valoriza a estabilidade em oposição às transformações sociais e políticas.

Em contraposição a Pedro, apresenta-se a figura de Paulo, cujo nome tem origem latina, derivado de "paulus", que significa “pequeno” ou “humilde”. Esse nome tornou-se proeminente devido à figura de São Paulo, que foi um dos discípulos mais influentes de Jesus Cristo e é considerado uma das figuras centrais na propagação do cristianismo (Gardner, 2005). Ele escreveu várias epístolas que compõem uma parte significativa do Novo Testamento, tornando-se um dos autores mais prolíficos dessa religião.

Na narrativa machadiana, Paulo é apresentado como alguém de visão progressista e inovadora, em contraste com seu irmão conservador. Descrito como um indivíduo de natureza idealista, possui uma mente aberta e disposta a questionar tradições estabelecidas, buscando novas perspectivas e caminhos. Ao longo do romance, ele é descrito como alguém com um forte senso de propósito e determinação. Envolve-se apaixonadamente em atividades políticas e sociais, mostrando um interesse ativo em questões do seu tempo.

Outras duas personagens se destacam na obra: o conselheiro Aires e Flora. O primeiro é mencionado antes de todos, em uma “Advertência” de um provável editor, tão fictícia quanto a narrativa, na qual se explica que o que o leitor vai ler é o registro de um dos sete cadernos deixados pelo conselheiro Aires, entre aqueles que constituiriam o seu Memorial⁵. Nesse caderno, um narrador heterodiegético⁶ conta a história de Pedro e Paulo, da qual o conselheiro é personagem mas não é, a rigor, o narrador, embora pareça ser o seu alter ego, dada a semelhança no modo de refletir sobre as personagens e os acontecimentos.

Se estendermos essa semelhança ao próprio escritor, não estaremos longe de fazer do conselheiro Aires um alter ego de Machado de Assis, suposição que os limites deste estudo não permitem averiguar. Importa, no momento, observar que essa personagem, diplomata em fim de

⁵ *Memorial de Aires*, como se sabe, é o título do último romance de Machado de Assis, publicado em 1908, ano da morte do escritor.

⁶ Segundo a terminologia de Gérard Genette (2017, p. 324), heterodiegético é “o narrador ausente da história que narra”.



carreira, é respeitada e querida por todos. Personificação da razão e da reflexão crítica, a sua lucidez, serenidade, gentileza e bom-humor, além de algum ceticismo tipicamente machadiano, situam-no acima dos outros, configurando um ponto de vista conveniente ao leitor para compreender as nuances de cada personagem, especialmente Flora.

Filha de um casal amigo de Santos e Natividade, Flora representa um dos raros pontos de concordância entre os gêmeos, pois desperta em ambos o amor. Por essa razão, a jovem concentra a essência da dualidade da narrativa: se os irmãos convergem para ela, ela se divide entre eles, e a impossibilidade da escolha é o seu desespero. O conselheiro Aires a denomina “inexplicável”. Questionado sobre a razão do adjetivo, ele responde:

Inexplicável é o nome que podemos dar aos artistas que pintam sem acabar de pintar. Botam tinta, mais tinta, outra tinta, muita tinta, pouca tinta, nova tinta, e nunca lhes parece que a árvore é árvore, nem a choupana choupana. Se se trata então de gente, adeus. Por mais que os olhos da figura falem, sempre esses pintores cuidam que eles não dizem nada. E retocam com tanta paciência, que alguns morrem entre dous olhos, outros matam-se de desespero (Assis, 1997, p. 67).

Sem que a moça, o leitor e o próprio conselheiro saibam, essa analogia prenuncia o fim trágico de Flora, que adoecerá por causa da angústia que a dúvida persistente provoca: ela ama do mesmo modo a cada um dos irmãos, encontrando em um o que falta no outro. A solução, impossível, estaria na simbiose entre ambos, que apenas o delírio lhe concede.

A dualidade de Flora pode ser associada a outras dicotomias do romance, como a indecisão do país por um sistema de governo ideal, representada, por sua vez, pela oposição entre os gêmeos. A passagem seguinte demonstra essa rivalidade entre Pedro e Paulo, que representam, respectivamente, o Partido Conservador e o Partido Liberal.

Naquele ano, uma noite de agosto, como estivessem algumas pessoas na casa de Botafogo, sucedeu que uma delas, não sei se homem ou mulher, perguntou aos dous irmãos que idade tinham.

Paulo respondeu:

- Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro:

- Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono (Assis, 1997, p. 47).

Com efeito, são esses os dois pilares em que a narrativa se sustenta: de um lado, a trama amorosa em que estão enredados Flora e os dois pretendentes; de outro, a crise política na transição da monarquia para a república, defendidas por grupos oponentes que os irmãos personificam. É importante destacar que o narrador não toma partido nessa disputa; ele apresenta os dois lados de

forma equilibrada, mostrando as virtudes e as limitações de cada uma das personagens. Desse modo, a obra não se resume a uma crítica simplista da política brasileira, mas apresenta uma reflexão profunda sobre as contradições e os desafios que o país enfrentava naquele momento histórico.

O Brasil do final do século XIX era um país em transformação. O império estava em crise, a escravidão havia sido abolida⁷ e a República estava prestes a ser proclamada. Nesse contexto, o romance *Esau e Jacó* (1904), recria de forma sutil e irônica o ambiente político e social do Brasil daquela época:

- É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela Rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à república. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é se se não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade. Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o régimen [*sic*], sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição (Assis, 1997, p. 133).

Esse excerto representa um momento histórico muito importante na trama, no qual Santos relata ao conselheiro Aires as notícias avassaladoras da queda do Império e da ascensão da República. Por meio do diálogo entre as personagens, Machado de Assis promove a reflexão acerca das apreensões e incertezas da época, diante das transformações políticas. Aires empreende esforços para serenar o espírito de Santos, salientando que, ainda que o arranjo político se modifique, pilares indispensáveis, como o comércio e as instituições bancárias, persistirão, imprescindíveis ao funcionamento da sociedade. O intento reside em transmitir uma sensação de continuidade e estabilidade, ao afirmar que, não obstante as mutações, a existência prosseguirá seu curso natural. A declaração de Aires resume uma das principais questões da trama: a perspectiva de que a alteração de regime não significa efetivamente a mudança dos interesses políticos. A metáfora utilizada sugere que é possível haver mudanças superficiais, mas que elas podem não afetar essencialmente a estrutura subjacente da sociedade. A comparação com a troca de roupa sem trocar de pele indica que apenas aspectos externos podem ser alterados, enquanto a essência permanece.

Todavia, mesmo sob o influxo das palavras tranquilizadoras do conselheiro, Santos exterioriza seu temor e insegurança em relação ao porvir. Essa imbricação dialógica desnuda as

⁷ Esse fato é mencionado no romance, ocasião em que o narrador ressalta a concordância entre os irmãos, considerando-se a gravidade da questão, vista embora de perspectivas distintas: “Estavam então longe um do outro, mas a opinião uniu-os. A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução. Ele mesmo o disse, concluindo um discurso em S. Paulo, no dia 20 de maio: ‘A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco’” (Assis, 1997, p. 72).

tensões e apreensões que permeavam a sociedade no momento de transição política, ressaltando a perspicácia de Machado de Assis em explorar, não somente o contexto histórico no qual as personagens se inserem, mas os matizes das relações humanas, as inquietudes individuais e as incertezas coletivas face a momentos tão austeros da história do Brasil.

Por essa razão, de acordo com John Gledson (1986), a identificação óbvia entre Pedro e o Império, e Paulo e a República suscita outras questões mais complexas:

O que o Império e a República representam, por sua vez? Não é o *ancien régime* e o amanhecer da democracia: conhecemos Machado bem demais para imaginar tal simplicidade. Para começo de conversa, claro, os gêmeos permanecem gêmeos também neste nível: poderemos dizer que os dois regimes representam a mesma oligarquia, sob diferentes disfarces? [...] Os gêmeos escolhem suas filiações políticas por razões inteiramente triviais [...]. Esta superficialidade, [...] encontramos na repetida rejeição sarcástica de Machado às “ideias” e “princípios” no contexto político brasileiro (Gledson, 1986, p. 170).

É precisamente a ideia de superficialidade política o cerne da crítica que o romance encerra. Provavelmente seja esse o motivo pelo qual, embora apresente uma monarquia problemática, o narrador não toma uma posição clara sobre o assunto. Essa ambiguidade tem sido apreciada como uma demonstração da habilidade do escritor em apresentar os fatos de forma imparcial e criar diálogos entre personagens que representam diferentes posições. Um exemplo de crítico literário que compartilha dessa visão é Silviano Santiago (1978), que destaca a “aparente neutralidade” do romancista em relação à monarquia e à república em suas obras.

Quanto às preferências dos gêmeos, a argumentação de John Gledson (1986) encontra respaldo na narrativa, se observarmos que as escolhas partidárias distintas podem se dever ao simples propósito de um irmão afrontar o outro, como o faziam em relação aos brinquedos da infância. Ou a uma inclinação pessoal, como sugere o conselheiro Aires:

- A razão parece-me ser que o espírito de inquietação reside em Paulo, e o de conservação em Pedro. Um já se contenta do que está, outro acha que é pouco e pouquíssimo, e quisera ir ao ponto a que não foram homens. Em suma, não lhes importam formas de governo, contanto que a sociedade fique firme ou se atire para diante (Assis, 1997, p. 223).

Talvez seja legítimo tomar esse pensamento como uma alusão à sociedade brasileira, e não apenas daquele período. Pedro e Paulo, imaturos e contradizentes, revelam a falta de substância política que Machado teria o propósito de abordar com o romance, do qual a famosa passagem da tabuleta é o melhor exemplo. Proprietário daquela que até então se chamava “Confeitaria do

Império”, Custódio providencia a renovação da pintura da tabuleta do estabelecimento, quando é surpreendido pela mudança de regime. Aflito, procura a ajuda do conselheiro:

- Mas o que é que há? perguntou Aires.
- A república está proclamada.
- Já há governo?
- Penso que já; mas diga-me V. Ex.^a: ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado. — "Confeitaria do Império", a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a obra não estivesse acabada, mudava de título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Ex.^a crê que, se ficar "Império", venham quebrar-me as vidraças? (Assis, 1997, p. 130).

O trecho aborda a situação política e as incertezas que surgem após a Proclamação da República no Brasil, suscitando uma reflexão sobre as transformações sociais que ocorrem durante períodos de transição, como a alteração de regime de monarquia para república. Se, através do dilema enfrentado por Custódio, o autor provoca uma discussão sobre o impacto do acontecimento na vida cotidiana das pessoas, que precisam lidar com as consequências e incertezas geradas pela nova ordem política, na visão de John Gledson (1986), entretanto, a comicidade do episódio revela aos leitores a referida visão de Machado quanto à superficialidade dessas modificações no Brasil:

No momento crucial da mudança de regime, somos afastados não apenas dos acontecimentos dramáticos de 15 novembro de 1889, mas até mesmo dos próprios personagens simbólicos para ver as coisas do olhar “inocente” do dono de uma confeitaria. Claro que é uma *reductio ad absurdum*, a redução final, talvez, dos princípios às coisas, no caso da tabuleta. Até mesmo a espécie de loja – uma confeitaria – indica a superficialidade da mudança: é simplesmente um lugar onde as coisas são enfeitadas e se tornam atraentes ao olhar. Cada regime, pelo que parece, é um produto artificial, com pouca ligação substantiva com a realidade que pretende representar (Gledson, 1986, p. 173).

A observação inicial do crítico, quanto ao desvio de foco do crucial para o acessório, é tanto mais acertada quanto constatamos a repercussão que essa passagem do romance tem apresentado nos inúmeros estudos que se têm feito sobre ele. A reação de Custódio interessa porque sua preocupação, como parece ser a do brasileiro comum, não é com a mudança de regime em si, com a profunda reflexão política que o evento deveria provocar, mas com um objeto ao qual o dono estava ligado afetivamente: “a minha amiga velha, que nunca me deixou” (Assis, 1986, p. 101). Se essa afirmação foi feita quando da necessidade de troca apenas da madeira, já carunchada⁸, a aflição

⁸ A propósito desse estado da tabuleta antiga, questiona Gledson (1986, p. 174): “Será que isso não se aplica ao Império, que exteriormente ainda era o mesmo (de modo que tantos, inclusive Custódio, surpreendem-se profundamente quando ele desaba), mas por dentro estava deteriorado, incapaz de renovação? Menos que uma condenação *moral* do regime, parece seu julgamento *histórico*: os regimes, como as pessoas e os organismos, chegam ao fim de suas vidas úteis. Claro, esta é a visão – e foi, antes de 15 de novembro de 1889 – expressa por Machado nas crônicas”.

seguinte, com a mudança do regime, deve-se ao temor de ataques de opositores. Observe-se que o receio do proprietário pode sugerir uma associação entre a República e a ideia de violência, ligada, por sua vez, à mudança “revolucionária” desejada por Paulo, cujo espírito inquieto se opõe ao de Pedro e, por tabela, ao do confeitiro, saudoso da sua tabuleta (leia-se Império).

De todo modo, que a preocupação é de natureza superficial, como sugere Gledson (1986), comprova-o o fato de Custódio não se opor às sugestões de outros nomes para a confeitaria, desde que suas vidraças sejam preservadas. O real motivo de sua lástima é a despesa que terá com a necessidade de pintar a tabuleta cada vez que um sistema cair e subir o outro: “me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver reviravolta, fico no ponto que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro” (Assis, 1997, p. 130). Reitera-se o tom cômico da situação, a par de uma situação social cuja natureza grave parece não ser levada a sério pelo narrador. Mesmo a gravidade daquele outro fragmento, em que Santos conversa com Aires sobre o que vira e ouvira nas ruas da cidade, revela apenas uma mudança de perspectiva: passa-se das apreensões do confeitiro para as do banqueiro.

- Por que não vai lá jantar conosco?
 - Tenho de jantar com um amigo, no Hotel dos Estrangeiros. Depois, talvez, ou amanhã. Vá, vá tranquilizar a baronesa, e os rapazes. Os rapazes estarão em paz? Esses brigam, com certeza; vá pô-los em ordem.
 - O senhor podia ajudar-me nisso. Vá lá de noite.
 - Pode ser; se puder, vou. Amanhã, com certeza.
- Santos saiu; tinha o carro à espera, entrou e seguiu para Botafogo. Não levava a paz consigo, não a poderia dar à mulher, nem à cunhada, nem aos filhos. Quisera chegar a casa, por medo da rua, mas quisera também ficar na rua, por não saber que palavras nem que conselhos daria aos seus. O espaço do carro era pequeno e bastante para um homem; mas, enfim, não viveria ali a tarde inteira. Ao demais, a rua estava quieta. Vía gente à porta das lojas. No Largo do Machado viu outra que ria, alguma calada, havia espanto, mas não havia propriamente susto (Assis, 1997, p. 135).

Nessa continuação do diálogo, é reforçado o matiz pessoal da preocupação do pai dos gêmeos. Percebemos que, mesmo com os esforços de Aires em tranquilizá-lo diante dos eventos inesperados, ele retorna à sua residência ainda aflito e incerto de que a vida seguiria seu curso habitual. O narrador retrata a complexidade emocional da personagem, que se vê diante de incertezas, tanto em relação à sua família quanto ao contexto externo. O escritor, habilmente, descreve a ambiguidade e a angústia que permeiam a mente de Santos, refletindo as tensões da época em que a história se passa.

As passagens anteriormente comentadas demonstram como, por meio da narração e dos diálogos, Machado de Assis retrata as tensões e os diferentes pontos de vista políticos em meio a um momento histórico de mudança no país. Ele mergulha nas emoções e expectativas das personagens, construindo uma atmosfera de ansiedade e incerteza, enquanto aborda de maneira perspicaz a complexidade humana diante dos eventos históricos.

Do mesmo modo, no capítulo LXX, observamos o diálogo entre Flora e Paulo a respeito da ausência de Pedro em um baile após a Proclamação da República. O diálogo e as palavras do narrador sugerem como os regimes, embora distintos, eram semelhantes, por exemplo, na mais valorizada reunião da elite social: o baile.

Flora viu uma semelhança entre o baile da ilha Fiscal e este, apesar de particular e modesto. Este era dado por pessoa que vinha dos tempos da propaganda e um dos ministros lá esteve, ainda que só meia hora. Daí a ausência de Pedro, apesar de convidado. Flora sentiu a falta de Pedro, como sentira a de Paulo na ilha; tal era a semelhança das duas festas. Ambas traziam a ausência de um gêmeo.

— Por que é que seu irmão não veio? perguntou ela. Paulo enfiou; depois de alguns instantes:

— Pedro é teimoso, disse. Teimou em recusar o convite. Crê naturalmente que a monarquia levou a arte de dançar. Não faça caso; é um lunático (Assis, 1997, p. 144).

A alusão do narrador à modéstia do baile republicano é um indício da alteração referente à pompa e solenidade que caracterizavam os bailes da monarquia, advindas da influência europeia, especialmente da França. Embora a dança nunca tenha sido exclusividade da nobreza, sua presença nos palácios a fazia incorporar o ambiente de poder inerente a esse espaço de privilegiados. No Rio de Janeiro do final do século XIX, as festas desse tipo eram naturalmente associadas ao Império, daí a ironia de Paulo ao criticar a ausência de Pedro. Um baile no início da República afrontava a tradição, mostrando que a monarquia não levava com ela a “arte de dançar”.

O Baile da Ilha Fiscal foi um evento histórico que ocorreu em 9 de novembro de 1889, pouco antes da Proclamação da República no Brasil. A festa foi realizada no palacete que pertencia ao governo e tinha como objetivo arrecadar fundos para a Marinha do Brasil. Esse evento foi um marco na história do Brasil, pois revelou a grande desigualdade social existente no país. A elite brasileira se reunia em festas suntuosas enquanto a maioria da população vivia em condições precárias. O Baile também foi uma manifestação da tensão política que antecedeu a troca dos regimes. A festa aconteceu poucos dias antes da Proclamação da República e, portanto, foi vista como uma última celebração da monarquia.

Machado deixa transparecer, mais uma vez, não só nas palavras do narrador, mas também através da fala de Flora, o quanto a monarquia e a república assemelhavam-se. A descrença em uma mudança de forma significativa não era iminente, e o novo regime não provocaria as mudanças tão esperadas pelo povo brasileiro.

Observamos nessa passagem do romance o que Antonio Candido afirma sobre Machado: “recobria seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela desmascarar, investigar, [...] descobrir o mundo da alma, rir da sociedade” (Candido, 2004, p. 21). O crítico também destaca a habilidade do autor em abordar temas complexos e polêmicos com uma ironia sutil e desmistificadora, capaz de expor a hipocrisia e os vícios da sociedade brasileira.

Segundo outros críticos literários, como Alfredo Bosi (2003), a obra de Machado de Assis é marcada por uma crítica sutil, porém implacável, à sociedade brasileira da época, especialmente à elite, que buscava imitar os costumes e modas europeus, mesmo que isso significasse renegar sua própria cultura e história. Dessa forma, o trecho em questão pode ser interpretado como uma sátira aos valores da aristocracia, que privilegiava a ostentação e o *status* em detrimento da ética e da moral.

4 Considerações finais

Diante da interconexão entre literatura e política, podemos concluir que a relação entre essas duas esferas é profunda e complexa. Se a literatura é uma forma de expressão e crítica social, capaz de revelar as condições políticas, sociais e culturais de uma determinada época, a política, por sua vez, também afeta a literatura, podendo exercer controle e censura sobre a produção artística.

A literatura engajada surge como uma forma de escrita que busca abordar a realidade de forma crítica, levando o leitor a refletir sobre questões sociais, sendo, assim, uma ferramenta para denunciar injustiças e propor soluções. No entanto, a literatura também pode ser cultivada apenas em sua forma estética, numa abordagem conhecida como “arte pela arte”. Essa perspectiva prioriza a beleza e a apreciação da obra, deixando de lado o conteúdo político e social presente nela. No caso de Machado de Assis, vimos como a sua escrita une a elaboração estética à abordagem de temas sociais, históricos e políticos.

No contexto específico da obra *Esau e Jacó*, é fundamental compreender as representações políticas feitas no romance, que abrangem tanto o período monárquico quanto o republicano no Brasil. A monarquia foi caracterizada por um forte centralismo político e um sistema de poder

autoritário, enquanto a República trouxe consigo mudanças significativas, como a promulgação da primeira Constituição republicana e o surgimento de movimentos sociais importantes.

Através da análise dessas formas de governo representadas na obra, pudemos compreender de variadas perspectivas a percepção de cada regime no contexto brasileiro da época. A monarquia e a república, geraram impactos políticos, econômicos e sociais significativos, além de crises ao longo do tempo. A transição de uma para a outra não foi fácil, exigindo mudanças profundas em uma sociedade hierárquica e escravocrata.

Pudemos constatar que o romance *Esau e Jacó* apresenta eventos históricos do Brasil como pano de fundo para a narrativa, contextualizando a vida dos personagens principais e fornecendo uma compreensão mais profunda do período em que se ambienta a história. O autor utiliza esses eventos de forma sutil e contextual, explorando principalmente o contexto político e social da época. Ao fazer isso, Machado de Assis enriquece a narrativa e permite um maior entendimento das questões mais íntimas e psicológicas dos personagens. Dessa maneira, as representações de ordem política presentes na obra *Esau e Jacó* não se configuram meramente como pano de fundo na construção narrativa, mas sim como elementos que se entrelaçam de forma intrínseca com a vivência das personagens ao longo do enredo.

Consideramos importante que os escritores estejam atentos ao contexto político e social de seu tempo, buscando formas de expressão que contribuam para o debate público e promovam uma sociedade mais justa e democrática. A literatura tem o poder de moldar a opinião pública, construir a identidade cultural e despertar o senso crítico dos leitores, tornando-se uma ferramenta valiosa para a tomada de decisões políticas conscientes.

Referências

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Globo, 1997.

BÍBLIA de estudo pentecostal. Trad. João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: CPAD, 1945.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis: o enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 2003.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAUÍ, Marilena. A vida política. In: **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GARDNER, Paul. **Quem é quem na Bíblia Sagrada**. Tradução de Josué Ribeiro. São Paulo: Vida, 2005.

GENETTE, Gérard. **Figuras III**. Tradução de Ana Alencar. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II. O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1985.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

SANTIAGO, Silviano. Machado de Assis: o romance com pessoas. In: **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Recebido em 10 de maio de 2024.

Aceito em 10 de fevereiro de 2025.

Publicado em 07 de abril de 2025.